

RESUMO - TEMA GERAL: SUB-TEMA 2: PATRIMÔNIO URBANO,  
PAISAGENS CULTURAIS E MEIO-AMBIENTE (2.1. CONSERVAÇÃO  
URBANA 2.2. PAISAGENS CULTURAIS 2.3. ROTAS CULTURAIS 2.4.  
TURISMO CULTURAL 2.5. ENERGIA E SUSTENTABILIDADE)

## **PATRIMÔNIO EM RISCO EM PEQUENAS CIDADES DA ZONA PROIBIDA**

*Ítalo Stephan (italostephan@gmail.com)*

*Larissa Danielle Pereira Lima (larissa.arqufv@gmail.com)*

Este trabalho apresenta uma abordagem qualitativa a respeito da gestão do patrimônio cultural de pequenas cidades de Minas Gerais. O estudo é parte de uma pesquisa dedicada às cidades mineiras que pertenciam, no início do século XVIII, à região conhecida como “Zona Proibida”, assim denominada pelas autoridades coloniais. Em decorrência do avanço na ocupação do interior da colônia e em decorrência também do esgotamento das reservas auríferas, esta região foi desbravada e ocupada paulatinamente. Neste texto, são apresentados os municípios de Catas Altas da Noruega, Itaverava e Senhora de Oliveira, cujos legados históricos, arquitetônicos e artísticos remontam aos anos de 1690 e que, atualmente, se encontram, em sua maioria, ameaçados. Sabe-se que os estudos e as análises bibliográficas existentes concentram-se nas cidades de Ouro Preto, Mariana, Diamantina, Congonhas, Sabará, Serro e São João del Rei, contudo, raramente evidenciam a herança colonial e a herança da Primeira República das cidades que não são reconhecidas como “Históricas”, pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Diante desta circunstância, esta pesquisa busca analisar o processo de povoamento de localidades que não protagonizaram o apogeu da produção

aurífera e diamantina, mas que estavam diretamente relacionados à expansão do território mineiro e de sua rede urbana. Além de caracterizar a formação de tais povoados, a partir de informações cartográficas, demográficas e documentais, tem por objetivos averiguar as práticas de gestão da preservação em nível municipal bem como apresentar seus acervos arquitetônicos e bens culturais pouco conhecidos. No tocante aos procedimentos de investigações, as consultas feitas às documentações comprobatórias enviadas ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA/MG) foram fundamentais, uma vez que, ao se apoiar em um diagnóstico da participação dos municípios no programa ICMS Patrimônio Cultural, verificou-se a eficácia das ações de salvaguarda frente às políticas públicas que incentivam a conservação do patrimônio e das referências culturais. Foi realizado em cada uma das cidades, um levantamento de campo que incluiu visitas aos setores responsáveis pela gestão do patrimônio, às bibliotecas, aos museus e aos centros culturais. O estudo foi complementado por meio da elaboração de relatórios, de gráficos, de mapas e de fotografias. Apresenta uma situação na qual se evidencia a importância da atuação de técnicos especializados nos municípios com melhores resultados. Além disso, constata a eficácia de se aliar a educação patrimonial de forma abrangente e contínua às práticas de preservação, como forma de valorizar a identidade cultural de cada município. Por outro lado, onde há menor conhecimento ou menor interesse político, surge a preocupação com a preservação dos acervos arquitetônicos ameaçados, em processo de abandono, em riscos de deterioração ou até mesmo de desaparecimento em poucos anos.